

PORTARIA SG/MPF Nº 946, DE 05 DE OUTUBRO DE 2009.

Revogada pela [PORTARIA SG/MPF Nº 198 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011](#)

~~O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 23, § 1º, do Regimento Interno do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, aprovado pela Portaria PGR Nº 591, de 20 de novembro de 2008, RESOLVE:~~

~~Art. 1º Delegar ao Secretário de Administração poderes para DESIGNAR servidores para:~~

- ~~I - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e equipe de apoio;~~
- ~~II - GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS e equipe de apoio;~~
- ~~III - GESTÃO DE CONTRATOS, por indicação dos titulares das respectivas áreas de lotação;~~
- ~~IV - COMISSÃO DE ANÁLISE DE INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;~~
- ~~V - COMISSÃO ANUAL DE INVENTÁRIO;~~
- ~~VI - COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS; e~~
- ~~VII - exercer atividades relacionadas com as atribuições da Secretaria de Administração do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.~~

~~Art. 2º Delegar ao Secretário de Acompanhamento Documental e Processual poderes para a prática dos seguintes atos:~~

~~I - viabilizar o processo de contas do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL;~~

- ~~II - apresentar lista de servidores que irão compor o processo de tomada de contas;~~
- ~~III - consultar a AUDITORIA INTERNA - AUDIN sobre a legislação ora aplicada no processo de contas para orientar as unidades gestoras; e~~
- ~~IV - solicitar representantes, quando necessário, das demais Secretarias do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, para, em suas áreas de atuação, auxiliarem nos processos de contas.~~

~~Art. 3º Delegar ao Secretário de Gestão de Pessoas poderes para a prática dos seguintes atos relativos a servidores e estagiários:~~

~~I - No âmbito da Procuradoria Geral da República:~~

- ~~a) conceder jornada diferenciada quando não exceder o limite de 20% (vinte por cento) do total de servidores da unidade;~~
- ~~b) conceder horário especial para estudante;~~
- ~~c) conceder o horário especial para servidor portador de deficiência e para o que sofrer limitações em suas capacidades laborativas, previsto no art. 17, [Portaria PGR/MPU nº 707/2006](#);~~
- ~~d) dar posse e exercício a servidores; e~~
- ~~e) autorizar a suspensão temporária de estágio dos estudantes.~~

~~II - No âmbito do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:~~

- ~~a) autorizar a redução da jornada de trabalho, com redução de remuneração, prevista no art. 15, [Portaria PGR/MPU nº 707/2006](#);~~
- ~~b) autorizar a averbação de tempo de serviço;~~
- ~~c) conceder afastamento para elaboração de trabalho final de curso previsto no Subprograma de Pós-Graduação;~~
- ~~d) conceder auxílio-funeral;~~
- ~~e) conceder licença para capacitação;~~
- ~~f) conceder licença-prêmio por assiduidade;~~
- ~~g) autorizar a participação em Curso de Formação; e~~
- ~~h) autorizar a extensão de jornada de estágio dos estudantes.~~

~~Art. 4º Delegar ao Secretário de Tecnologia da Informação poderes para a prática dos seguintes atos:~~

~~I - gerir operacionalmente o convênio firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a Caixa Econômica Federal, nos assuntos relacionados à cessão de certificados digitais para membros e servidores do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, bem como elaborar e submeter à aprovação do Secretário-Geral do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, novos termos aditivos que se façam necessários;~~

~~II - solicitar à Secretaria de Planos e Orçamento o repasse de recursos orçamentários para as Procuradorias do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, provenientes de solicitações de custeio das compras aprovadas no Plano de Metas do exercício, bem como os recursos orçamentários aprovados pelo Secretário-Geral do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL para o custeio das despesas com bens e serviços de~~

informática previstos para cada exercício;

~~III – aprovar as solicitações de adequação dos objetos em aquisições demandadas pelas Procuradorias do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, autorizando modificações de características, redução e ampliação de quantitativos já aprovados, observando os limites de aditamento previstos em Lei e a disponibilidade de recursos orçamentários;~~

~~IV – submeter à aprovação da Secretaria-Geral do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL as solicitações de aquisição de bens e serviços de informática de caráter extraordinário, que não haviam sido contempladas no Plano de Metas no exercício~~

~~V – oficiar às chefias das Procuradorias do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL sobre assuntos afetos à condução de processos de aquisição de bens e serviços de informática e implantação de sistemas corporativos, softwares básicos e equipamentos.~~

~~Art. 5º Delegar ao Secretário de Comunicação Social poderes para a prática dos seguintes atos:~~

~~I – coordenar ações de comunicação social e divulgação institucional com as Assessorias de Comunicação das unidades do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; e~~

~~II – efetuar a gestão da marca do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL com sub-marcas e evolução do desenho técnico.~~

~~Art. 6º Delegar ao Chefe da UNIDADE DE DIÁRIAS, PASSAGENS E PASSAPORTES poderes para a concessão de ressarcimento de despesas de viagem nos casos em que haja estrita observância da diretriz disposta no art. 6º, §§ 1º e 2º, da [Portaria PGR nº 472, de 23 de setembro de 2008](#).~~

~~Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.~~

CARLOS FREDERICO SANTOS

[Publicado no BSMPF nº 19 de 15 de Outubro de 2009, p. 9](#)

Ministério Público Federal